

NEGROS LIVRES NO BRASIL IMPERIAL: LUIZ GAMA E ANDRÉ REBOUÇAS

Hiléia Araújo de Castro

LUIZ GAMA: A AÇÃO DO ADVOGADO E DO POETA NA CIDADE DE SÃO PAULO

Durante as décadas de 1930 e 1940 muito se escreveu sobre a vida de Luiz Gama, André Rebouças, José do Patrocínio e outros abolicionistas negros do século XIX. Posteriormente, suas histórias de vida permaneceram no esquecimento por um longo espaço tempo. Detectando essa omissão por parte da historiografia, elaborei minha pesquisa que, no caso de Gama, esbarrou com uma grande ausência de fontes documentais. Essa ausência permitiu o estabelecimento de um vázio com relação aos dados disponíveis, que só pôde ser preenchido a partir de fontes secundárias. Ela propiciou também o questionamento acerca de diversos aspectos de sua origem familiar que não foram, ainda, totalmente elucidados.

A ousadia em buscar, neste capítulo, estabelecer os fatores e condições que formaram o abolicionista negro Luiz Gama é explicada pela curiosidade em entender uma figura tão singular de nossa história política. Minha simpatia pelo rábula foi instintiva e natural. Desse modo, resolvi aceitá-la e entendê-la como consequência da admiração por seu empenho na superação das difíceis condições em que ele se debateu por toda a vida e, também, pelo fato de não ter abandonado, no percurso, seus ideais de libertação, nem esquecido as suas origens raciais.

Luiz Gonzaga Pinto da Gama nasceu em Salvador (BA)* a 21 de junho de 1830 e morreu em São Paulo a 24 de agosto de 1882. Aos dez anos, foi vendido pelo pai como escravo e seguiu para o Rio de Janeiro de onde foi conduzido a São Paulo. Em 1848, deixou o cativo e assentou praça na força pública. O abolicionista negro teve sua ascensão social vinculada ao fato de deixar a condição de escravo e também à sua entrada, em 1848, para a Força Pública da Província ou Corpo de Força de Linha, instituição que foi criada pelo decreto de 22-1-1820. Essa Força era composta do Corpo de Pedestres e da Companhia de Caçadores, aos quais estavam engajados os praças da guarda policial. Tinha por fim guarnecer as fortalezas e os destacamentos das Províncias na tentativa de evitar qualquer tipo de rebelião, comum na época, contra as Cortes Portuguesas. Sofreu modificações em sua organização interna em 1831, 1835 e 1846, porém seu objetivo principal continuou sendo manter a lei e a ordem, com relação seja a revoltas e badernas, seja à destruição de quilombos e captura de escravos.¹ Criado em 1831, o Corpo de Municipais Permanentes da cidade de São Paulo tinha as mesmas atribuições gerais acima descritas e era uma milícia bem disciplinada, embora em 1846 fosse mal paga, as promoções demorassem a ocorrer e estivessem em más condições os equipamentos e as instalações.²

Foi como soldado que Gama conquistou sua liberdade. Entretanto ele não ficou satisfeito com apenas essa conquista, seguiu em busca do desenvolvimento intelectual, único espaço de ascensão social permitido pela sociedade escravista. Para isso, atuava concomitante como copista para o escritório do escrivão major Benedito Antônio Coelho Neto e como ordenança no gabinete do Conselheiro Furtado de Mendonça. No ano de 1854, deu baixa na Força Pública por insubordinação e, em 1856, foi nomeado amanuense da Secretaria de Polícia. Três anos depois, publicou seu único livro de poesias. Em 1868, ano em que ocorreu a queda do gabinete chefiado

* Emília Viotti da Costa situou o nascimento de Luiz Gonzaga Pinto da Gama em Itaparica, na Bahia. COSTA, Emília Viotti da. *A Abolição*. São Paulo: Global, 1982. p. 73. Adoto aqui a localidade de Salvador, de acordo com Sud Mennucci e Lúcio de Mendonça.

1 DEMONER, Sônia Maria. *História da polícia militar do Espírito Santo: 1835 - 1985*. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial, 1985. p. 38 et seq.

2 MORSE, Richard. *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1970. p. 108.

pelo liberal Zacarias de Góes e Vasconcelos, foi demitido, de acordo com Lúcio Mendonça, seu primeiro biógrafo, *a bem do serviço público*.

O governo de D. Pedro II patrocinava a política de favorecimentos pessoais e a sucessão freqüente de gabinetes com a rotação de partidos. A despeito da presença do imperador na vida política do país, essas trocas constantes não comunicavam à população um sentimento de continuidade, pois a cada gabinete mudavam-se deste os membros da Corte e até os funcionários dos distritos.³ Como Gama tinha vínculos, no início de sua carreira, com os membros do Partido Liberal, com o qual se identificou até o surgimento do Partido Republicano, sofreu as conseqüências daquela política personalista, colocando a nu as características *non sense* das práticas consideradas “normais” nas relações sociais do império. O mundo que pode ser revelado e pressentido a partir da biografia de Gama coloca-nos frente a frente com o escândalo dos problemas morais e ideológicos da monarquia escravista em crise.⁴

Ao longo de sua vida, Gama colaborou em diversos periódicos e atuou como rábula no fórum de São Paulo. Alijado do serviço público, Gama dedicou-se à imprensa, trabalhando em diversos jornais satíricos de São Paulo, e à atividade de rábula, na qual se sobressaiu por defender causas em favor de pessoas escravizadas. Sua atuação na defesa de escravos foi muito ampla. No âmbito jurídico, tanto buscava provar que os negros haviam entrado no país após a proibição do tráfico – 1850 – como defendia aqueles que, possuindo um pecúlio, esbarravam na intransigência dos seus senhores que não queriam conferir-lhes a liberdade. Além disso, também patrocinava alforrias condicionais. Na imprensa, denunciava a escravidão como fator de degradação do ser humano e da sociedade que, tendo a escravidão por alicerce, centrava sua economia, política e cultura na desigualdade entre os homens e na sua justificação a partir dos conceitos de inferioridade e superioridade aplicados às relações sociais, o que feria a perspectiva humanista que Gama tinha das relações sociais.

Após longo período doente, Luiz Gama faleceu a 24 de agosto de 1882, na cidade de São Paulo. A descrição de seu enterro, feita por Raul Pompéia,

3 FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1976. v. 1, p. 357.

4 SCHWARZ, Roberto. Autobiografia de Luiz Gama. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 25, p. 137, out. 1989.

patenteou a dimensão da importância das atividades desenvolvidas por ele na cidade. A presença de brancos e negros, pobres e ricos, moços e velhos transformou em ato público o que deveria ter sido apenas um sepultamento. Naquele mesmo momento, Gama tornou-se símbolo do movimento abolicionista paulista e de seu radicalismo.⁵

A sua atividade jurídica, que, segundo Mendonça, teve início em 1868 e se dirigiu principalmente para a defesa e emancipação dos escravos,⁶ cobriu quatorze anos da sua vida ativa e transformou-se em seu trabalho cotidiano. Essa atividade proporcionou-me um campo de estudo no qual a atuação de Gama, restrita aos âmbitos legais, se contrapunha ao seu discurso radical, entendendo-se que a própria prática do Direito tem seu princípio no reconhecimento da legitimidade da autoridade,⁷ pois o que esta determina tem caráter oficial. E, além disso, existe sempre um grau de elasticidade na lei, permitindo aos profissionais do Direito, dotados de competências técnicas e sociais desiguais, utilizar-se de suas ambigüidades e lacunas para fazer triunfar a sua causa.⁸ Considero importante notar que o Direito, como qualquer instituição, mantém relações com a organização política e econômica, sofrendo com as crises vividas pela sociedade.

No caso brasileiro, a partir de meados do século XIX, com a crise da sociedade monárquica escravista, expressa na falta de apoio aos projetos políticos oficiais e na transição do trabalho escravo para o livre, surgiu um espaço que possibilitou a atuação de Gama no sentido de patrocinar a defesa do direito à liberdade, pleiteado pelo escravo. Essa abertura, com área de influência restrita aos segmentos sociais desprivilegiados, permitiu a ação daqueles que, mesmo sem título, como ele, estivessem capacitados para atuar no foro.

Além desses aspectos, encontrei como usual, para o curso de Direito da Academia de São Paulo no século XIX, a formação da elite política e cultural brasileira. Personalidades políticas que vão de Joaquim Nabuco a Rui Barbosa,

5 POMPÉIA, Raul. Última página na vida de um grande homem. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 3 set. 1882.

6 MENDONÇA, Lúcio de. *Luiz Gama: uma página escrita há cinqüenta anos*. RIHGSP, São Paulo, n. 28, p. 441, 1930.

7 BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. p. 214.

8 *Ibid.*, p. 224.

literatos de Álvares de Azevedo a Fagundes Varela, mostraram-me outros aspectos da importância desse curso, além da formação de juristas ou da instrução ministrada a uma elite econômica que não a colocava em prática como meio de vida. Essa característica cultural do curso superior de Direito permitiu aos autodidatas, como Gama, a atividade jurídica.

A ação de Gama como abolicionista encontrava-se intrinsecamente vinculada às suas atividades na imprensa e no fórum, e, uma vez que Gama patrocinava controvérsias públicas sobre jurisprudência e atuava no foro aliado a causas em favor da emancipação dos escravos, não me é possível discorrer sobre uma dessas atividades sem me remeter à outra. Com relação à escravidão ele tinha um discurso profundamente radical:

*Sim! Milhões de homens livres, nascidos, como feras ou como anjos, nas fúlgidas areias da África, roubados, escravizados, azorragados, mutilados, arrastados, neste país clássico da sagrada liberdade, assassinados impunemente, sem direitos, sem família, sem pátria, sem religião, vendidos como bestas, espoliados em seu trabalho, transformados em máquinas, condenados à luta de todas as horas e de todos os dias, de todos os momentos, em proveito de especuladores cínicos, de ladrões impudicos, de salteadores sem nome; que tudo isto sofreram e sofrem em face de uma sociedade opulenta, do mais sábio dos monarcas, à luz da santa religião católica, apostólica, romana.*⁹

Joaquim Nabuco afirmou ser o marco inicial da campanha abolicionista o ano de 1879, quando Jerônimo Sodré discursou na Câmara do Deputados, posicionando-se contra a escravidão.¹⁰ Considero esse o momento da sua expansão, pois as ações de Gama e dos próprios escravos patrocinando insurreições foram anteriores. Nabuco definiu a divisão do movimento entre os grupos revolucionário e parlamentar. Porém, penso ser importante ressaltar que esse movimento cresceu com a colaboração dos dois lados que nele atuaram e que os dois abolicionistas por mim estudados transitavam entre os dois grupos, apoiando ações ora de um, ora de outro. Como abolicionista, Gama

9 GAMA, Luiz. Carta a Ferreira de Menezes. *A Província de São Paulo*, São Paulo, ano 6, n. 1744, p. 5, 18 dez. 1880.

10 NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1949. p. 247.

teve fama de intransigente, chegando a pregar francamente o direito à insurreição ao afirmar: “Todo escravo que mata o senhor, seja em que circunstância for, mata em legítima defesa”.¹¹

Identificou-se mais com o chamado grupo radical que, após sua morte, expressou-se em São Paulo através do jornal *A Redenção* e pela atuação de Antônio Bento e seu grupo de caifazes. Porém, a sua prática diária restringiu-se ao foro e à ampliação da discussão através da imprensa.

São Paulo tornou-se o centro, por excelência, da atuação política do fazendeiro. Foi, por isso mesmo, um dos locais onde a defesa da escravidão foi mais radical. Nas discussões acerca da abolição da escravatura, os republicanos paulistas, organizados na década de 1870, decidiram que essa seria definida pelas províncias, dentro das condições de cada uma, tendo por base a “indenização e o resgate”.¹² Em 1873, reuniu-se na capital o primeiro Congresso Republicano para discutir as bases aprovadas na Convenção de Itu. Esse Congresso conservou as mesmas disposições relativas à questão servil, provocando uma reação interna e a saída da maioria dos republicanos radicais do partido. Retiraram-se Bernardo de Campos, Luiz Gama, Antonio Bento e Américo de Campos, que se conservou apenas nas atividades ligadas ao Clube Republicano.¹³

Em sua oratória jurídica e em seus poemas, Gama denunciou a principal contradição da sociedade escravista, qual seja, a distinção social entre senhores e escravos, e induziu ao seu acirramento. Tornou-se símbolo do negro estigmatizado pela sociedade, mas que lutou e ascendeu socialmente. Estudioso do Direito e das leis, cultivou apenas o ideário republicano, pois não aceitou a defesa da república sem abolição feita pelos fazendeiros paulistas. Pertenceu aos quadros da maçonaria. Foi Venerável da Loja Maçônica “*América*” na cidade de São Paulo.¹⁴

Trabalhando como amanuense e tendo atuado anteriormente como copista, Gama adquiriu a facilidade em escrever e a possibilidade de ter acesso a

11 MENDONÇA, op. cit., p. 433, nota 6.

12 MUSEU DO IPIRANGA. *Partido Republicano: programa dos candidatos à eleição da província de São Paulo*. São Paulo: Tipografia de Jorge Seckler, 1881. p. 52.

13 SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1987. p. 87.

14 MENNUCCI, op. cit., p. 213.

bibliotecas particulares. Objetivando a ascensão social por meio do desenvolvimento intelectual, atingi-lo dependia de sua dedicação aos estudos, já que não lhe foi possível realizar o curso regular na Academia. Contudo, ele vai saber usar essa independência forçada para beber em várias fontes. Através da imprensa, conheceu a realidade do debate literário e filosófico, através do estudo autodidata do Direto, passou a entender a lógica filosófica que regia a doutrina e, através da maçonaria, aprofundou os conhecimentos filosóficos e políticos.

Seus poemas líricos foram principalmente divulgados em seu único livro, *Trovas Burlescas de Getulino*, no qual, ao lado da exaltação da natureza, encontrei a idealização da mulher amada e a impossibilidade de obtê-la devido a fundamentalmente dois fatores: o racismo e a escravidão.

Seus poemas mais conhecidos foram os satíricos, nos quais abundaram as críticas às questões sociais, raciais e políticas. Na maioria deles, buscava a igualdade social na denúncia de que os brancos tinham negros em sua origem. A discriminação presente na sociedade brasileira não permitia a igualdade entre brancos e negros. Não negando sua negritude, Gama colocou, em sua poesia, as demais pessoas na mesma condição dele.

“Se os nobres desta terra, empanturrados,
Em Guiné têm parentes enterrados;
E, cedendo à prosápia, ou duros vícios,
Esquecem os negrinhos seus patrícios;
Se mulatos de cor esbranquiçada;
Já se julgam de origem refinada;
E, curvos à mania que os domina,
Desprezam a vovó que é preta-mina
Não te espantes, ó Leitor da novidade,
Pois que tudo no Brasil é raridade!”¹⁵

No poema *Lá vai Verso*, Gama não se dirigiu, como em outros, ao Parnaso, nem às musas gregas como fonte de inspiração. Recorreu à *musa da Guiné* e

15 Ibid., p. 213.

utilizou-se do símbolo africano tanto do *leão* como da *marimba* (instrumento musical semelhante ao berimbau de hoje) e da ciência da *candimba*.¹⁶ Todo o poema é marcado por uma oposição à cultura branca, na qual ele não buscou a sua inspiração, seja pelo fato de ser branca, seja pelo de ser aristocrática.

“Oh Musa de Guiné, cor de azeviche, Estátua de granito denegrido, Ante quem o Leão se põe rendido, Despido do furor de atroz braveza; Empresta-me o cabaço d’urucungo, Ensina-me a brandir tua marimba, Inspira-me a ciência da candimba,

Às vias me conduz d’alta grandeza”.¹⁷

Observador e crítico da realidade social da época, esses fatos não poderiam escapar-lhe. Ele abominava as práticas corruptas tanto pelo seu senso de justiça como pelo seu moralismo. Este esteve presente quando criticou comportamentos, vícios, modas, namoros... Nos poemas *Prótase e Sortimento de Gorras – Para Gente de Grande Tom*, disse respeitar a honra, a pátria, a virtude e a inteligência e, em seguida, partiu para a desmitificação dos malandros, dos apadrinhamentos nos cargos públicos e nas eleições, dos doutores que males não curavam, dos bacharéis que aplicavam mal o Direito, da nobreza da terra e do governo imperial. Satirizou monarquistas e republicanos, negros e brancos, moços e velhos e os mais variados aspectos dos costumes dos habitantes de São Paulo.

.....

Noutros tempos o Rei de espada à cinta A golpes de frambão fazia a finta, E as leis ditava a tiros de trabuco; Mas agora um Paranhos, um Nabuco São peças do Rei, do Rei prudente, Que por tais vias manda legalmente A guerra, a peste, a fome, os privilégios, Romanas decretais - os sacrilégios, Os seus golpes de estado - estelionatos E, para o mal curar, os baronatos...¹⁸

O abolicionista Luiz Gama escreveu, sob diversos pseudônimos, para os jornais satíricos *O Diabo Coxo*, *O Cabrião*, *Coaracy* e *O Polichinelo*. Trabalhou Como Tipógrafo nas oficinas de *O Ypiranga* e *O Radical Paulistano*, jornais ligados a grupos políticos, o primeiro liberal progressista e o último, republicano.¹⁹ Os escritos de Gama na imprensa possibilitaram o

16 SILVA, op. cit., p. 61.

17 GAMA, Luiz, op. cit., p. 23, nota 9.

18 REI Cidadão. *O Polichinelo*, São Paulo, ano 1, n. 6, p. 3, maio 1876.

19 MENNUCCI, op. cit., p. 19 et seq.

aprofundamento do conhecimento de sua vida e de suas posições, pois se constituíram nas únicas fontes escritas por ele, além de seu livro de poemas. Alguns processos dos quais Gama participou ainda existem, porém nada acrescentam ao que já foi dito acerca de sua prática jurídica. Essas participações, remuneradas ou não, foram importantes para divulgar as causas por ele defendidas e inseri-lo no debate político da época.

Entendo que o sentido da atuação de Luiz Gama, mulato, maçom, abolicionista e republicano, na cidade de São Paulo, se definiu enquanto ele buscava os caminhos da ascensão social e da participação política pelo desenvolvimento intelectual. Essa via era a única permitida pela sociedade escravista e senhorial, tendo sido buscada através da penetração nos meandros jurídicos oriundos das contradições vigentes na época.

REBOUÇAS: MONARQUISMO E “PROGRESSO” NO BRASIL IMPERIAL

André Pinto Rebouças nasceu na Bahia, e ali, no século XIX, o fator racial era tratado de maneira diferenciada das demais províncias do império. Era numerosa uma pequena burguesia negra e mulata que acumulava posses e conseguia, por meio de apoio e compadrio, ascender socialmente, adquirindo um tratamento igualitário.²⁰ Ao lado da congêrie de posses, também o acúmulo de saber foi um fator de ascensão social. Sob esse aspecto, a família Rebouças é exemplo incontestável. Rebouças era descendente do alfaiate português Gaspar Pereira Rebouças que, em fins do século XVIII, chegou a Salvador e se casou com a negra Rita Basília dos Santos, provavelmente uma escrava alforriada. Dessa união nasceram nove filhos, dos quais tenho notícias dos quatro homens: José, o mais velho, obteve o título de mestre em Harmonia pelo Conservatório de Música de Bolonha e, quando retornou da Europa, assumiu o posto de Maestro da Orquestra do Teatro de Salvador. Manuel tornou-se funcionário da administração da justiça em Salvador. Maurício trabalhou em cartórios e acumulou recursos para estudar em Paris, bacharelando-se em Artes e Ciências e doutorando-se em Medicina. Em 1832, tornou-se catedrático de Botânica e Zoologia na Escola de Medicina da Bahia.²¹ Antônio, pai de André, não se dedicou ao estudo superior por opção e também pelo fato de não existir, na época, faculdade de Direito em Salvador.

20 Ibid., p. 19 et seq.

21 SPITZER, Leo. Assimilação, marginalidade, identidade: os dois mundos de André Rebouças, Cornelius May e Stephan Zweig. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 42, 1980.

Transferiu sua residência para Cachoeira, no recôncavo, em 1822, no auge da luta contra a resistência portuguesa. Ali ajudou na organização da Junta Interina Conciliatória e de Defesa que se constituiu numa força de resistência ao domínio das Cortes Portuguesas em Salvador. Em 1823, quando D. Pedro I passou pela Bahia, foi condecorado com o título de Cavaleiro Imperial da Ordem do Cruzeiro. Em 1824, foi designado secretário de governo da Província de Sergipe e depois, eleito deputado, para a sessão de 1843, à Assembléia Geral do Governo pelo Partido Conservador, e Conselheiro Geral da Província.²² Após anos de trabalho como rábula, conquistou o direito de advogar em todo o território nacional, por determinação imperial, em 4 de setembro de 1847. Definia-se como representante da população mulata brasileira, e, em sua vida parlamentar, pregou a inserção desse grupo no conselho da Coroa, visto que, da mesma forma que nas Cortes portuguesas houvera distinção entre os naturais de Portugal e os do Brasil, era conveniente ao país conhecer a opinião de todos os brasileiros, objetivando assegurar a unidade nacional e a defesa da monarquia constitucional.²³ Casou-se nesse período com Carolina Pinto da Silveira, filha do comerciante André Pinto da Silveira. André Pinto Rebouças foi o primogênito dessa união, nascendo na cidade de Cachoeira, a 13 de janeiro de 1838, em plena luta da Sabinada.

Em fevereiro de 1846, a família de Antônio Rebouças transferiu-se para o Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, André e seu irmão Antônio estudaram português, caligrafia e matemática elementar no colégio de Camilo Tertuliano Valdetaro. Em 1849, fizeram os estudos complementares no colégio Curiacio e, em 1855, sentaram praça como voluntários no 1.º Batalhão de Artilharia a pé. Matricularam-se em 1859 na Escola Militar de Aplicação, depois Escola Central Politécnica e atual Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1860, encaminharam requisição para estudar na Europa. Aprovada, partiram em fevereiro de 1861, com licença para dois anos de teoria e prática em engenharia civil, com os mesmos vencimentos que teriam se continuassem estudando na Escola Central. Visitaram, nessa viagem, instituições de ensino, obras, fábricas, arsenais e portos na França e Inglaterra. Retornaram ao Rio de Janeiro em novembro de 1862, dando início a suas publicações de cunho técnico.

André esteve vinculado à carreira militar até 1866. No entanto, foram comuns, ao longo da década de 1860, suas buscas, junto aos ministros do império, de vagas em cargos relativos à engenharia, ou de contratos para obras. As questões políticas encontram-se por toda a sua obra, entremeando observações de todas as espécies, desde atitudes de concordância para com os atos governamentais até a crítica mordaz às atitudes dos governantes. Em 1863, conforme seu Diário, obteve sua primeira nomeação para examinar as fortalezas desde Santos até

22 CARVALHO, Maria Alice Rezende de, op. cit., p. 53-54.

Santa Catarina. Engenheiro militar com a patente de tenente, mesmo quando não designado para obras específicas recebia pequenos soldos mensais. Durante esse ano dirigiu, com seu irmão Antônio, obras nas fortalezas de Cananéa, Paranaguá e Santa Cruz.

Quando retornou da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai, conseguiu, em outubro de 1866, sua nomeação pelo Conselheiro Zacarias para a direção das obras da Alfândega, no lugar do engenheiro inglês Charles Neate. Ao mesmo tempo em que dirigia essas obras, iniciava suas atividades como empresário, ensinava latim, francês e inglês ao seu irmão Juca, dava aulas no Instituto Aquino e na Escola Central, procurava apoio financeiro para que Carlos Gomes retornasse à Itália, batia-se junto a ministros e políticos por diversas leis e companhias, como a lei geral para Docas e Companhia da Alfândega do Rio de Janeiro, a lei geral sobre Caminhos de Ferro, Cia. das Docas do Maranhão, Cabedelo, Recife, Bahia, entre outras, conseguindo criar as empresas Cia. das Docas da Alfândega do Rio de Janeiro, Cia. das Docas de D. Pedro II (RJ) e Cia. Florestal Paranaense. Essas companhias eram fundadas, com capital privado, nacional e estrangeiro, por um número de acionistas com uma garantia de juros de 5% ao ano sobre o capital aplicado. A das Docas da Alfândega normalmente rendia acima do previsto. A luta de Rebouças por essas companhias foi imensa. O Conselho de Estado tinha que aprovar sua criação, bem como as obras que estas realizariam. Muitos ministros, como no exemplo abaixo, não entendiam como capitalistas podiam lucrar onde o governo não lucrava.

Engenheiro, com vasta participação nos diversos aspectos do desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro, Rebouças foi presença ativa nas transformações ocorridas naquela cidade, atuando no sentido de patrociná-las. Foi secretário do Instituto Politécnico e redator-geral da Revista da instituição. Reclamava constantemente do pequeno número de frequentadores em suas reuniões. Esse Instituto durou mais de sessenta anos e foi uma espécie de predecessor da Academia Brasileira de Ciências. Dedicava-se a divulgar as conquistas da ciência em diversos terrenos. Atuou como membro do Clube de Engenharia, pelo qual foi muitas vezes designado para receber engenheiros estrangeiros em visita ao Brasil, tanto por seus conhecimentos técnicos como por sua facilidade em falar inglês e francês. Participou da Associação Brasileira de Aclimação e defendeu a adaptação de produtos agrícolas não produzidos no Brasil, como o trigo, e o melhor preparo e acondicionamento dos produzidos aqui, para melhor concorrerem no mercado internacional. Foi responsável

ainda pela seção de Máquinas e Aparelhos na **Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN)**, onde apregoava a liberdade de trabalho, a justa igualdade de favores tanto à grande quanto à pequena empresa e a não-intervenção governamental.²⁴ A partir de 1870, desenvolveu-se na SAIN uma polêmica entre aqueles que defendiam políticas mais liberais e os que propunham leis mais protecionistas. A ingerência desse órgão na política econômica do governo era bastante grande, a ponto de as petições de privilégios industriais e de patentes para máquinas e aparelhos serem previamente analisadas por essa Instituição.²⁵

Desde 1870, quando apresentou ao governo imperial uma proposta para organização da Companhia das Águas do Rio de Janeiro, pedindo uma garantia de juros de 6% sobre o capital ali investido, Rebouças lutava por uma nova lei de garantia de juros para as obras públicas. Em 24 de setembro de 1873, foi sancionada a lei n.º 2.450, que, entre outros artigos, estabelecia a garantia de juros de até 7% aos capitais empregados na construção de estradas de ferro, bem como autorizava ao governo conceder às empresas construtoras uma subvenção quilométrica. Apesar de esta lei ter sido aprovada apenas para os caminhos de ferro, sua importância foi ressaltada pelo engenheiro:

*O ano de 1873 será sempre lembrado na história dos caminhos de ferro brasileiros como uma data gloriosa. Nesse ano o parlamento brasileiro concedeu, por uma lei geral, a todas as companhias, que se organizarem no Brasil para a construção de estradas de ferro, isenção de direitos de importação para todo o material e trem rodante, necessários à construção e ao custeio das mesmas estradas.*²⁶

O engenheiro enfrentou antagonismos, expressos em querelas públicas ou na má vontade de encaminhamento e nomeação em obras, devido a questões políticas e raciais. Com relação às questões de cunho político, nada as define melhor do que a relação entre Rebouças e o Conselheiro Zacarias, ao longo do tempo. Este nomeou Rebouças, em outubro de 1866, engenheiro

23 REBOUÇAS, Antonio Pereira. Recordações da vida parlamentar. In: NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*: Nabuco de Araújo. op. cit., Tomo I, p. 39-40.

24 SANTOS, Sydney M. G. dos Santos. *André Rebouças e seu tempo*. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1985. p. 263.

25 RIBEIRO, Luiz Cláudio M. *Invento e patente de máquina de beneficiar café no Brasil: 1870-1910*. Dissertação defendida na Universidade de São Paulo em 1995. Mimeografado.

26 REBOUÇAS, André. *Garantia de juros*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1874. p. 111.

responsável pelas obras da Alfândega do Rio de Janeiro e, segundo o próprio Rebouças, “tinha certeza empregando-me de pôr à frente das obras da alfândega a probidade e o estudo”.²⁷

Tempos depois, após a queda do gabinete que liderava e a crise política que se seguiu, em 1870, Rebouças foi indicado para as obras de abastecimento de água do Rio de Janeiro, e Zacarias investiu contra essa indicação, no Senado. Procurado pelo engenheiro para que justificasse a sua impugnação, este desculpou-se, alegando erro do taquígrafo e a necessidade de fazer oposição.²⁸ Quanto às questões de cunho racial, cito o fato de que, estando associado ao Conde de Estrela na Cia. das Docas de D. Pedro II, que compreendia a instalação e exploração de docas nas enseadas da Saúde e da Gamboa, recebeu dele uma carta anônima, sobre a qual Rebouças comentava: “um intrigante pretendia separar-nos, explorando a qualidade minha de mulato e a nacionalidade portuguesa do Conde de Estrela”.²⁹

Sua condição de mulato, de pele negra, rendeu-lhe discriminações tanto no Brasil como em países que visitou, principalmente nos Estados Unidos. Ali, a discriminação foi mais gritante. Após percorrer vários hotéis, conseguiu hospedar-se em um deles com a ajuda do consulado brasileiro, porém com a condição de fazer as refeições no quarto. Em viagem pelo interior daquele país, passou dois dias sem alimentar-se, pois seu acesso aos restaurantes era negado. Em Nova Iorque, as noites eram dedicadas a visitas, como a que passou com José Carlos Rodrigues, pois não era aceito nos teatros e restaurantes frequentados por seus amigos.³⁰

Rebouças sofreu questionamentos de desperdício e malversação de verbas.³¹ Não é impossível que essas acusações estivessem vinculadas ao racismo de seus acusadores. A tentativa, por carta anônima, já citada, de pôr fim à sua sociedade com o Conde de Estrela, evidencia uma prática que parece ter sido comum em relação a ele. A sua situação financeira, ao longo da vida, foi instável, com períodos de escassez e de abundância. Este último coincidiu com sua atividade docente, associada às atividades que desenvolvia nas companhias de que participava, das quais auferia rendimentos que utilizava para educar os irmãos e fazer doações para as diversas sociedades emancipadoras.³² Sua estabilidade financeira voltou a decair com o exílio, sofrendo com a redução cambial da moeda brasileira em relação à libra esterlina. Ele vendeu progressivamente suas ações nas companhias e ficou

27 REBOUÇAS, André Pinto. *Diário e notas autobiográficas*. op. cit., p.136.

28 Ibid., p. 183.

29 Ibid., p. 196.

30 Ibid., p. 246.

31 Ibid., p. 191.

32 Ibid., p. 291.

reduzido ao seu salário como docente, que, convertido, resultava na importância de 7 libras mensais.³³

Em Rebouças, a atitude crítica com relação à organização econômica e social do país provém de sua adesão irrestrita ao liberalismo e à cultura européia e da sua defesa do conceito de “progresso”, sob a perspectiva liberal. Esse pensamento estava acentuado nas suas ações em defesa do desenvolvimento tecnológico, político e social brasileiro, nos moldes do padrão europeu. Esta sua atuação levou alguns autores a definirem Rebouças como “yanquista” ou “americanista”.³⁴ Verificando a procedência dessa definição, entendo que ele defendia o modelo de desenvolvimento estabelecido pela sociedade européia, para *recriar* a sociedade brasileira, não poupando esforços na busca de realizar seus projetos, por meio dos quais queria colocar o Brasil em “condições análogas à da grande República Norte-Americana”.³⁵ O tipo de desenvolvimento “yankee”, preconizado por ele ao definir a “propriedade como parte vital da nação”³⁶, encontra-se, ao longo de sua vida, disperso no conceito mais geral de “progresso”, a partir de reformas conduzidas pelo Estado.

A preocupação de Rebouças com os problemas do país era ampla. Em virtude dela, a engenharia e o desenvolvimento de suas companhias alimentavam fantasias reformadoras. Consciente da posição do Brasil no cenário mundial, ele entendia que o caminho de modernização do país conduziria infalivelmente ao *progresso*, a exemplo do que ocorria com países considerados desenvolvidos, ou seja, colocando-se o Brasil nos trilhos da modernidade e da liberdade, o desenvolvimento econômico e social seria uma consequência *natural* desse processo, seja utilizando-se métodos e técnicas *yankees*, seja adotando o modelo de transformação social italiano ou alemão, seja associando-se a capitais ingleses. A liberdade comercial e a racionalidade nos processos produtivos infalivelmente trariam a prosperidade em todos os aspectos da sociedade. Referia-se, portanto, com o mesmo entusiasmo, ao desenvolvimento do Estados Unidos e à produtividade da borracha na província do Amazonas ou do café em São Paulo. A sua descrição das possibilidades de rendimento da produção de cada região brasileira, de acordo com a “moderna agricultura”, na adoção daquele padrão, com o uso de máquinas e implementos, vão muito além dos proventos, proporcionais, em regiões da Europa ou dos Estados Unidos.³⁷

33 Ibid., p. 451.

34 Sobre a tese de americanismo em Rebouças ver: CARVALHO, op. cit., nota 22 e SANTOS, Sydney M. G. op. cit., nota 24.

35 REBOUÇAS, André Pinto. *Abolição imediata e sem indenizações*. Rio de Janeiro: Tip. Central, 1883. p. 30.

36 REBOUÇAS, André Pinto. *Agricultura nacional...* op. cit., p. 4.

37 Ibid., p. 86.

A ação de André Rebouças não se resumiu à sua profissão de engenheiro. Homem de grande conhecimento e cultura, também participou ativamente da luta política, seja na campanha abolicionista, seja nos diversos momentos de crise da monarquia. Durante a campanha abolicionista, Rebouças estreitou relações de amizade com Alfredo de E. Taunay e Joaquim Nabuco. Este descreveu-o como um antiescravista que observava e refletia sobre todos os aspectos do movimento.³⁸

Ajudou a criar a *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão*, ao lado de Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e outros, da qual foi eleito tesoureiro. Participou também da *Confederação Abolicionista* e redigiu os estatutos da *Associação Central Emancipadora*, o que me permite constatar o trânsito de Rebouças nas diversas tendências abolicionistas. Publicou, em jornais, diversos artigos contra a escravidão, inserindo sua defesa na conciliação entre as classes e buscando convencer os senhores da maior produtividade do trabalho assalariado e da injustiça para com o negro, nos moldes advogados por Joaquim Nabuco.³⁹ No tocante a Rebouças, a pregação abolicionista abrangia a defesa da democracia rural, inserida nos moldes de uma reforma social mais profunda. Do modo como foi abolida a escravidão, sem a indenização preconizada pelos senhores e também sem a reforma agrária defendida por alguns abolicionistas, fica evidente que, no conflito entre uma intelectualidade reformista da sociedade, sem qualquer poder político ou econômico efetivo, e as forças conservadoras detentoras desses poderes, estas foram preponderantes.

Foi sob a égide desse projeto de reformas, que abrangia diversos setores da economia imperial, que Rebouças pautou sua atuação de defesa da monarquia como forma de governo. Criado dentro dos padrões de uma família pequeno-burguesa monarquista, seus paradigmas de comportamento social eram os da elite aristocrática, tendo sido preparado para compor o quadro burocrático do governo. Sob esse aspecto, ressalto que em seu cotidiano o uso de escravos domésticos era comum. Portanto, o fato de ter libertado os escravos de sua família apenas em 1870⁴⁰ é notável para alguém que lutara de todas as formas para se atrelar ao poder. A ação pela emancipação dos escravos tomou vulto no país a partir de 1880. Dela participou Rebouças, escrevendo projetos de

38 NABUCO, op. cit., p. 250, nota 10.

39 NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 71.

40 Ibid. p. 136.

leis, preocupando-se com a abolição como um obstáculo à imigração, ao progresso da agricultura, da indústria e do comércio. Porém não deixou de propalar idéias relativas ao suprimento de mão-de-obra para a lavoura. Nesse sentido, participou da *Sociedade Central de Imigração*, juntamente com o Visconde de Taunay. Esse grupo preconizava a vinda de europeus como colonos, divulgando a importância desse elemento na composição racial do povo brasileiro, nos moldes do evolucionismo social e combatendo a imigração de chineses, *coolies* considerados por eles degenerados e incivilizáveis.

Com o estabelecimento da república, Rebouças exilou-se com o imperador D. Pedro II. Permaneceu por algum tempo em Portugal e viajou pela Europa para posteriormente retirar-se para a África, onde se suicidou, em 1898, em Funchal, Ilha da Madeira.

Comparando as histórias de vida de Gama e Rebouças com suas idéias, posso detectar o que considero fundamental nos dois abolicionistas: a modelagem dada por eles às suas práticas de ascensão social; um, através do radicalismo liberal foi defensor do processo revolucionário popular para a conquista de uma sociedade republicana igualitária, objetivo pregado no uso da oratória jurídica e da ironia satírica; o outro, através da pregação do “progresso” e da reforma social pelo Estado, foi defensor da manutenção de uma monarquia voltada para o desenvolvimento social. Ambos ocuparam os espaços de atuação permitidos por aquela sociedade monárquico-escravista. Por meio da excelência de suas atuações, destacaram-se como intelectuais atuantes do século XIX.